

LINHA VIVA

Nº 256
20/01/94

Ninguém dá bola

O consultório da agência Florianópolis da Celesc está fechado. Desde dezembro nenhum médico atende aqueles milhares de empregados e, agora em janeiro, eles ficaram também sem serviço de enfermagem, deixando apreensivos boa parte dos trabalhadores que exercem atividades perigosas. Aliás a Celesc está sem realizar, com regularidade, o exames periódicos de saúde nesta agência e na central. Além disso a Cipa da agência Florianópolis não está muito motivada: a primeira reunião deste ano não aconteceu porque só compareceram quatro pessoas.

Alerta

Quem for se aposentar que tome muito cuidado na comprovação de tempo de serviço, pois pela MP nº381, só se aposenta quem pedir antes a demissão do emprego atual. Para evitar de ficar sem emprego e sem aposentadoria cheque antes se todo tempo de serviço está devidamente comprovado.

Readmitidos

Os 900 funcionários da Eletrobrás demitidos em 1990 na famigerada reforma neo-liberal do Governo Collor estão sendo reintegrados. Acontece que na época da demissão estava vigindo a cláusula de estabilidade e portanto houve parecer favorável do TST à reintegração.

Vínculo

A revisão do enunciado nº256, que trata da prestação de serviços por terceiros, em vigilância, limpeza e conservação, emitido pelo TST no final de ano, está sendo avaliada pela assessoria jurídica do sindicato. Neste interm, como esta revisão ainda não foi apreciada na Justiça, o sindicato continuará entrando com ações de vínculo empregatício na Celesc e Eletrosul.

Reajuste na Celesc

Baseado no IRSM/FAS o reajuste na Celesc foi de 24,89% em dezembro e 27,35% em janeiro.



Carvão: Rombo é de 18 milhões de dólares

Amílcar Gazaniga, Plínio Fonseca, Mario Fernando de Melo Santos, Renato Antonio Prates Menegat, que eram o Conselho de Administração da Eletrosul em dezembro de 1991, mais José Luiz Alqueres, presidente da Eletrobrás na época, são cinco dos citados no inquérito civil público que requer a devolução à Eletrosul de cerca de 15 milhões de dólares por compra de carvão superfaturado. Do atual presidente da empresa, Cláudio Avila da Silva, é requerida a suspensão do contrato de abastecimento de carvão - sob pena de arcar com multa pessoal de CR\$ 100 mil por dia de atraso e responsabilidade pessoal pelo dano que vier a ocorrer da citação em diante.

Eles e mais o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc) e os diretores de onze mineradoras (Realdo Santos Guglielmi, Gilson Heitor Zanette, Luiz Gabriel Zanette, Fidelis Barato Filho, Euclides da Silveira, Reginaldo José Guglielmi, Alfredo Flávio Gazzola, Wolfgang Friedrich, José Estrazzulas, Fernando Webster, José Milasch) estão sendo acusados pelo Procurador da República, Rui Sulzbacher, numa ação civil pública que deu entrada, quinta-feira passada, na 3ª Vara da Justiça Federal, de superfaturar o preço do carvão comprado pela Eletrosul. O "sobrepço" calculado é de cerca de um milhão de dólares por mês.

Em 20 de dezembro de 1991, o Conselho de Administração da Eletrosul assinou um contrato válido até 1996, para compra de carvão (cerca de 120 mil toneladas/mês), com o Siecesc (representando as 11 grandes

mineradoras) sem nenhuma licitação, apesar de haverem no mercado pelo menos estas onze empresas que deveriam concorrer entre si numa licitação.

Neste período a tonelada de carvão vendida para a Eletrosul que custava em média 25 dólares/t passou para uma média de 34,95 dólares a tonelada. Nem as tentativas das pequenas mineradoras que se comprometem em vender o carvão a 24 dólares à tonelada (por exemplo a Carbonífera Belluno Ltda), fez a Eletrosul pensar em desfazer o contrato tão lesivo aos seus cofres.

A ação do Procurador Rui Sulzbacher, com 13 páginas, conta em detalhes a mecânica da compra de carvão pela Eletrosul e calcula detalhadamente os valores cobrados pela mineradoras. Pede que o preço cobrado seja reduzido em torno de 7,95 dólares a tonelada. Exigia ainda, numa liminar paralela, que as diferenças de preços fossem pagas em juízo até a ação ser julgada. Em janeiro a Eletrosul pagaria 4 milhões de dólares às mineradoras pelas 120 mil toneladas fornecidas em dezembro. A diferença do sobrepreço ficaria em torno de 954 mil dólares, que seriam pagos em juízo.

Na segunda-feira passada o juiz Ivo Tolomini, da 3ª Vara, não concedeu esta liminar paralela, por entender que não estava demonstrado que o prejuízo com o pagamento seria irrecuperável. Se antecipando ao julgamento do juiz, a Eletrosul, no dia 14 de janeiro, efetuou o pagamento. Pelo contrato ele poderia ser feito até 26 de janeiro.

Nas Mãos de Itamar

Na semana passada a Câmara dos Deputados, por maioria esmagadora, rejeitou as alterações propostas pelo Senado sobre a lei de anistia dos demitidos pelo Governo Collor, remetendo para o Presidente da República o ônus do veto, ou então, a sanção da lei nos termos aprovados pela Câmara. Por ironia do destino o emprego de milhares de trabalhadores está agora nas mãos de Itamar.

Foi Itamar quem criou a Comissão Especial para levantar as irregularidades e os arbítrios que aconteceram durante a Reforma Administrativa collorista e é ele quem se curva ao seu ministro Fernando Henrique Cardoso que exige veto ao projeto, jogando por terra a expectativa de retorno ao trabalho criada pelo próprio Governo. Negar a anistia agora é desconsiderar o próprio trabalho da Comissão Especial, criada em 23/06/93, composta por representantes dos ministérios da Justiça, Trabalho, Minas e Energia, Co-

municações, Transportes e Coordenação Nacional dos Demitidos. Por quatro meses foram realizados estudos por 60 técnicos que concluíram que: "não só os servidores foram prejudicados por este extenso processo de demissões, mas também as atividades fundamentais da máquina governamental sofreram forte impacto em sua continuidade. O processo de Reforma Administrativa, perpetrado durante o Governo Collor, encontrou-se eivado de inconsistências técnicas e administrativas. Órgãos, empresas e entidades foram desativados sem que se tivesse em qualquer conta o papel sócio-econômico que desempenhavam".

O presidente Itamar está numa "sinuca de bico": ou opta pela política do seu ministro FHC, ou considera a seriedade do relatório de mais de 100 páginas da Comissão Especial, que é um retrato dos desmandos praticados por Collor.

URP

O leão dá mais uma mordida

Quando a Celesc realizou o pagamento da URP de 1989, ele foi feito sem desconto de Imposto de Renda. Muitos empregados quando fizeram sua declaração acrescentaram este ganho. Outros procuraram a própria Receita Federal e refizeram suas declarações.

Diante da confusão, a Receita solicitou à Celesc e aos sindicatos a listagem do pagamento da URP, mas os sindicatos já haviam entregue esta listagem ao Besc, onde foi efetuado o pagamento. Então a Receita Federal notificou os sindicatos e através do Besc foi

fornecida uma cópia desta listagem. De posse dela a Receita Federal irá recalcular o imposto devido e notificar as pessoas. Neste caso não haverá aplicação de multa.

Sabemos que a responsabilidade das declarações do Imposto de Renda é de cada pessoa. Contudo, neste caso, a Celesc é corresponsável por não ter incluído este rendimento no documento fornecido a cada um (Declaração de Rendimentos). Portanto, a empresa tem que se pronunciar sobre a possibilidade de facilitar o pagamento do Imposto de Renda incidente na URP - fevereiro 89.

Fernando Henrique

Para os amigos tudo...

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, assinou um contrato no final do mês passado com o BNDES (banco encarregado das privatizações) para dar uma "assessoria" no valor de CR\$ 5,8 milhões. Tudo isto foi sem licitação porque o assessor do ministro Fernando Henrique tem "notório saber". Na defesa de Bacha, o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, diz que o assessor "trabalhou de graça nos últimos oito meses e por isto não tem nada demais receber este dinheiro agora. Quem se preocupa e fica defen-

dendo salário é burocrata e corporativista e não quem está trabalhando pelo bem do país".

Enquanto isto o ministro Fernando Henrique, herdeiro das políticas neoliberais de Collor ataca salários e direitos dos trabalhadores, que são o eterno elo vulnerável das políticas conservadoras. Paralelamente os monopólios, o capital financeiro continuam intocáveis, se beneficiando com altos lucros e contribuindo para elevar a concentração de renda no Brasil, a maior do mundo.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézar Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Intersul promove Seminário Nacional sobre Fundações

A INTERSUL (Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil) e a Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada) vão promover, dia 1º de fevereiro, em Florianópolis, o I Seminário Nacional de Previdência Complementar.

Neste encontro será debatida a Seguridade Social. Vários fatos estão colocando em risco os Fundos de Pensão e a própria Previdência Social. São eles a revisão constitucional; o projeto do governo de reforma da atual lei que regulamenta as Fundações de Seguridade Social e a resolução bai-

xada pelo ministro Fernando Henrique que obriga as fundações a aplicarem 35% do seu patrimônio em Notas do Tesouro Nacional, série R (NTN-R) (o que na verdade significa "emprestar" dinheiro ao governo a juros negativos).

Representantes dos partidos políticos no Congresso Nacional como os deputados Gustavo Krause, Luiz Henrique da Silveira, José Fortunatti, Eduardo Jorge, Kuyo Iha e senadores Esperidião Amin e Nelson Wedekin estão sendo convidados para os debates. Também devem participar os membros do Conselho de Curadores e do Conselho

Fiscal das Fundações, suas diretorias e representantes das patrocinadoras, além de dirigentes sindicais e de associações profissionais e de aposentados.

As entidades sindicais integrantes da Intersul também deverão mobilizar os deputados federais dos seus respectivos Estados para participarem do seminário e de todos políticos que puderem manifestar seu apoio às emendas da Abrapp/Movimento Sindical na Revisão Constitucional.



Reunião da Intersul com representantes das fundações e Abrapp

Ataques visam reservas atuariais

As Fundações de Previdência Privada Fechada (Ceilos, Elos, Previ, Funcef, Valia, Eletroceec, Telos, etc...) que integram o Sistema de Previdência Complementar, estão sendo alvo de ataques da mídia e Congresso Nacional pelo lobby dos bancos privados e suas seguradoras e pelo governo federal.

O patrimônio dos Fundos de Pensão destas fundações está hoje próximo de 34 bilhões de dólares. São as "reservas atuariais" que garantem a complementação de aposentadoria aos participantes.

O governo federal, desesperado por dinheiro para cobrir seus rombos tenta por meios inconstitucionais repassar seus "papéis podres" (OFND, CP, NTN-R, etc). O sistema financeiro privado (Bradesco, Itaú, Unibanco, Bamerindus, seguradoras) querem privatizar tudo para abocanhar o patrimônio público a preço vil. Por isto o esforço do governo e do setor financeiro privado em modificar a atual legislação, principalmente a Constituição e a lei 6435/77 que regulamenta as Fundações de Seguridade Social. Na revisão constitucional já foram apresentadas emendas, de autoria

principalmente dos deputados Maurílio Ferreira Lima, Rita Camata e Roberto Campos, que suprimem direitos dos trabalhadores, como a seguridade social ampla, a irredutibilidade dos benefícios da Previdência Social, seguro desemprego e proteção social às pessoas portadoras de deficiências.

Por isto o movimento sindical, articulado com a Abrapp está se contrapondo para manter estas conquistas, apresentando "contra-emendas", para as quais vêm buscando assinatura de deputados e senadores. Os dirigentes sindicais do Sinergia João Paulo de Souza e Hélio Bonfim Coimbra foram indicados pela Intersul para articularem todas ações políticas necessárias para fazer frente à esta investida. Já foram visitados vários parlamentares no Congresso (assinaram as emendas até agora: senadores Nelson Wedekin, Jarbas Passarinho, Ronan Tito e os deputados Dejandir Dalpasquale, Angela Amin, Victor Faccioni, Kuyo Iha, dentre outros). Os dois sindicalistas representarão também o Comando Nacional dos Eletricistas na sua atuação.

Programação do Seminário

13 h - Abertura

Presidente da Abrapp

13h 15min - Painel

Leonel Carvalho Castro - Superintendente Jurídico da Abrapp

Tema: A Seguridade Social na Conjuntura Brasileira

14h 15min - Painel

Prof. Rio Nogueira - Consultor atuarial de diversas Fundações

Tema: Problemas Atuariais da Previdência Complementar

14h 45min - Mesa Redonda

Representantes Partidos Políticos no Congresso

Tema: A Posição dos Partidos Políticos Frente à Seguridade Social

16h 30min - Debate

Parlamentares e Expositores

Chileno critica privatização
O Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Privado do Chile, Armando Bustos Gonzales, que esteve recentemente no Brasil, critica a privatização da previdência. "Não haverá ganhos para os inativos e, do ponto de vista político, o país depende em demasia das administradoras de fundos." O modelo chileno que tenta ser aplicado no Brasil foi prejudicial aos trabalhadores. Apesar de existirem 23 gestoras de fundos, apenas cinco dominam 82% do negócio. As projeções revelam que 60% da primeira geração de aposentados pelo sistema privado não receberá mais do que a renda mínima nacional (60 dólares), após os 20 anos exigidos de contribuição e descontos de 20% nos salários.

TRIBUNA
Livre

Empresa Pública

Movimento Nacional em Defesa do Setor Elétrico

Excelentíssimo Senhor
ITAMAR FRANCO
Presidente da República

Prezado Senhor,

Vossa Excelência em sua trajetória de homem público esteve sempre na defesa dos interesses maiores do país. Assim, nos negamos a acreditar que o seu governo passe à História como aquele que se desfez das empresas de energia elétrica, petróleo, telecomunicações e outros setores estratégicos, que permitiram a industrialização e desenvolvimento deste país.

Ainda mais considerando os efeitos sociais desastrosos que vem sendo produzidos pelo modelo neo-liberal em países como o México, Argentina, Venezuela, Inglaterra, Estados Unidos, etc., onde o desemprego, a miséria aumentam na proporção direta do incremento dos lucros dos grandes conglomerados econômicos.

Reconhecemos no entanto que muitos absurdos foram cometidos pelas direções de empresas estatais, também indicadas por políticos inescrupulosos aliados aos grandes cartéis.

Urge então que se constituam as verdadeiras empresas públicas, onde tenham assento em seus Conselhos de Administração os mais diversos segmentos da sociedade, provendo-as de mecanismos que garantam a transparência e a boa administração.

Em síntese, apelamos a Vossa Excelência que se engaje efetivamente na transformação das empresas estatais em empresas públicas, porém mantendo-as sob controle do Estado, pois, temos certeza que, a prioridade no governo de Vossa Excelência é o ser humano, em contraposição às políticas neo-liberais, em que este é descartável e supérfluo.

*esta carta foi enviada no dia 12 de janeiro de 1994.



Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do sindicato com o CIC.

20/01 e 21/01

* 19h 30min e 21h 30min

Como Água Para Chocolate

22/01 a 27/01

* 19h 30min

Como Água Para Chocolate

* 21h 30min

Arizona Dream

RESENHA

Como Água Para Chocolate - México 1992. realização de Alfonso Arau; roteiro Laura Esquivel; música Leo Brower; intérpretes: Marco Leonardi(Pedro), Lumi Cavazos(Tita), Regina Torne(Mama Elena). Duração: 1h 50 min.

A história começa em 1910, numa região mexicana próxima do Texas. O país está sob a revolução de Pancho Villa mas na casa onde se passa a ação do filme quem manda é Mama Elena. Ela tem três filhas e a mais nova, Tita, conforme a tradição, não deve se casar para poder cuidar da mãe na velhice. Justamente ela que está apaixonada por Pedro, um vizinho...

Arizona Dream - França 1992. Direção de Emir Kusturica. intérpretes: Johnny Depp, Jerry Lewis, Faye Dunaway.

Vencedor do Urso de Prata - Veneza 93 - Os sonhos malucos do dono de uma revendedora de Cadillac, seu sobrinho, que quer viver entre os esquimós no Alasca, e Grace, enteada de uma mulher quarentona meio doida.

RUMO AO MATADOURO

Luiz Pinguelli Rosa
Físico/professor da UFRJ e
presidente da Alape
(Associação
Latino-Americana de
Planejamento Energético)(*)

É difícil entender a posição de empresários que, em nome da privatização, caminham como bois em direção ao matadouro para pagarem tarifas de energia maiores. Jorge Gaibisso, da União Industrial Argentina, lamentou em novembro que "os industriais brasileiros trabalhem com energia mais barata", uma vantagem comparativa do Brasil na competição internacional. A energia elétrica na Argentina e no Chile após a privatização ficou mais cara, como mostram os dados de tarifas industriais na tabela abaixo.

US\$/MWH 1987	ARGENTINA	CHILE	BRASIL
1988	41	36	35
1989	40	52	41
1990	41	65	40
1991	56	64	40
1992	62	60	34
	98	60	39

Na Argentina, duas estatais européias, uma francesa (EDF) e outra espanhola (Endesa), compraram a Endenor e terminaram cortando a luz de bairros da periferia de Buenos Aires que não podiam pagar as contas majoradas, obrigando a intervenção do Estado.

Na Inglaterra as empresas elétricas privatizadas deixaram de investir no setor. Segundo o "The Economist" de 23/10/93, elas preferem aplicar em outros setores o que ganham com a

venda de energia, comportando-se como grupos financeiros e não como concessionárias de serviço público. As tarifas subiram 25%.

O general Eisenhower cunhou a expressão "complexo industrial militar" denunciando os interesses promíscuos dos fabricantes de armas dentro do Estado. Aqui já se descobriu a conexão de algumas empresas com corretores de favores do governo, como PC Farias, e a de empreiteiras



Pinguelli critica privatização

com alguns parlamentares. Poder-se-á acrescentar à conexão lobby da privatização-aparelho do Estado.

Há formas de relacionamento sofisticadas: apoio a campanhas eleitorais, consultorias pagas a peso de ouro,

cargos simbólicos remunerados ou postos de direção nas empresas após sair do governo. Basta ver o currículo de alguns políticos egressos da tecnocracia governamental, que adotaram medidas econômicas coincidentes com interesses de grupos poderosos.

O ministro Cavallo, que promoveu as privatizações na Argentina, recebe 12 mil dólares mensais de uma fundação mantida por grupos privados, como complemento de salário. Lá isso

é aceito. Nos Estados Unidos, advocacia administrativa é crime. Fala-se muito no corporativismo sindical, mas corporações empresariais que querem

comprar as estatais pressionam a venda de empresas elétricas em interesse próprio.

A corrupção política apurada pela CPI do Orçamento inspira preocupação com o lobby de grupos econômicos na revisão da Constituição. Segundo documento apreendidos, uma empreiteira que dava percentuais das verbas a parlamentares tinha uma estratégia de ação para garantir as privatizações como lhe interessavam. A empreiteira se disse vítima de um "complô de estatais".

O correto seria atrair a participação privada para concluir obras, conservação de energia, co-geração, geração independente para a rede, expandindo a energia elétrica para a retomada do desenvolvimento, ao invés de vender usinas amortizadas e pedaços mais lucrativos do setor elétrico, como a Ligth e a Escelsa.

(*) parte do texto publicado na Folha de São Paulo em 31/12/93.